



ARAÚJO & ARAÚJO
ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA. DRA. ANA CLÁUDIA RODRIGUES STOFFEL– DD. DELEGADA DE POLÍCIA - SUPERINTENDENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

PROCESSO SEI Nº: 202200007098318

INTERESSADO: MAURÍCIO GOMES NUNES

ASSUNTO: DESPACHO Nº 24/2023 - DGPC/SGCSPJ-16187

MAURÍCIO GOMES NUNES, já qualificado nos autos em epígrafe, por sua advogada e bastante procuradora que a esta subscreve (procuração anexa); nos termos dos artigos 2º, 5º, 6º, e 56 da Lei Estadual nº 13.800/2001, artigos 128 e ss. da Lei Estadual nº 20.756/2020 e demais dispositivos de Lei; vem respeitosamente, na presença de Vossa Excelência apresentar: “**RECURSO ADMINISTRATIVO**”, em face do r. Despacho/decisão nº 24/2023 - DGPC/SGCSPJ-16187, exarado no processo sei nº: 202200007098318, que negou seguimento ao requerimento de férias do recorrente, pelas razões de fato e direito a seguir expostas:

I – DO CABIMENTO:

A previsão encontra-se no artigo 56 da lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, conforme abaixo.

Art. 56 - **Das decisões administrativas** cabe recurso, em face de razões de **legalidade e de mérito**.

§ 1º – O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar **no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior**.

Embora saibamos que a “decisão” exarada, trata-se de despacho em sentido estrito; a lei refere-se a “decisões administrativas”, na qual inclui-se o despacho atacado, porquanto, além de possuir conteúdo decisório, finaliza o processo sei nº: 202200007098318, portanto, perfeitamente cabível.



II – DA LEGITIMIDADE:

A legitimidade, da pretensão ancora-se no artigo 58 da lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001: **Art. 58 – Têm legitimidade para opor recurso administrativo: I – os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;**

III – DA TEMPESTIVIDADE:

O recorrente cientificou-se do Despacho/decisão nº 24/2023 - DGPC/SGCSPJ-16187, pela Divisão de Proteção a Saúde do Servidor – DPSS e, nos termos do Art. 59 da 13.800/2001, terá o prazo de 10 (dez) dias para oposição: **Art. 59 – Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para oposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.**

IV – DA BREVE SÍNTESE FÁTICA:

O recorrente apresentou requerimento de férias, direcionado a sua unidade lotação, conforme processo sei nº: 202200007098318. O requerimento foi indeferido, por meio do r. Despacho/decisão nº 24/2023 - DGPC/SGCSPJ-16187:

DESPACHO Nº 24/2023 - DGPC/SGCSPJ-16187

Trata-se de requerimento de férias (000036567906) a partir de 01/02/2023, do servidor público **Maurício Gomes Nunes**, inscrito no CPF n.º 862.199.441-00, ocupante do cargo de Agente de Polícia da 1ª Classe, ora lotado na Superintendência de Polícia Judiciária para acompanhamento e tratamento na Divisão de Proteção à Saúde do Servidor.

Considerando que o referido requerimento será desconsiderado em razão de estar fora do prazo legal e em desconformidade com a Portaria nº 559/2022 (000034829950) a qual fixa regras para requerimentos de férias e licença-prêmio, estabelecendo no Capítulo II, Seção I que:

"Art. 4º - O processo administrativo em que requeridas férias, gerado pelo servidor público estatutário, deverá ser encaminhado à Divisão de Gestão de Pessoas com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e máxima de 12 (doze) meses do início do usufruto."

Diante do exposto, devolvam-se os autos à Divisão de Proteção à Saúde do Servidor para providências no sentido de cientificar o servidor, haja vista que ele foi lotado na Delegacia de Polícia de Iporá somente a partir de 01/02/2023 em razão de estar usufruindo de férias até 31/01/2023, conforme Portaria Eletrônica nº 3/2023-SPJ (000036668923).

Ana Cláudia Rodrigues Stoffel
Delegada de Polícia
Superintendente de Polícia Judiciária

Eis o relatório.

V – DO DIREITO:

Em que pese o notório saber jurídico e a perfeita argumentação legal, apresentada pela douta delegada de polícia, no presente caso; de todo modo, merece reparo, porque trata-se de caso peculiar, senão, vejamos:



Inicialmente, é preciso pontuar que o indeferimento de férias é medida de exceção, por trata-se de dispositivo constitucional (art. 39, § 3º, c/c o art. 7º, XVII, CF).

Igualmente, a legislação estadual assegura a concessão de 30 dias de férias anuais remuneradas ao servidor público, **vedado o seu acúmulo, ressalvada a necessidade do serviço, desde que não seja por intervalo superior a dois períodos** (art. 128 da Lei nº 20.756/2020).

Art. 128. O servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias, que **podem ser acumuladas, até o máximo de 2 (dois) períodos**, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.

Desse tema, oportuno dizer que o *caput* do art. 132 da Lei estadual nº 20.756/2020, **exibe comando de natureza autorizativa, sem caráter cogente**; mencionando que as férias “poderão” ser suspensas - e não que “deverão” ser suspensas.

Art. 132. **As férias poderão ser suspensas somente por motivo** de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, **licença para tratamento de saúde**, licença maternidade e licença paternidade.

Nesse sentido, tanto o indeferimento quanto a suspensão de férias, não ocorre peremptoriamente, com a mera ocorrência dos eventos descritos no *caput*, dependendo de providências ulteriores, a depender do caso.

Não é outra conclusão que se extrai da orientação contida no **parágrafo único do art. 19 do Decreto estadual nº 9.802/2021**, ato infra legal regulamentador do tema, que reitera a necessidade de restabelecimento das férias no primeiro dia útil subsequente ao término da licença:

Art. 19. **Em caso de licença para tratamento de saúde**, licença-maternidade ou licença paternidade superveniente a férias em usufruto, a Unidade Setorial **deverá incluir no sistema RHNet ocorrência suspensiva ao afastamento vigente**.

Parágrafo único. **A fruição das férias será restabelecida a partir do 1º dia útil subsequente ao término da licença para tratamento de saúde**, licença maternidade ou licença paternidade.

Da conjugação e entendimento dos dispositivos que regulam a matéria e, com fito a organizar a rotina do serviço, expediu-se o ato infra legal, consistente na PORTARIA Nº 559, de 23 de outubro de 2022, do Delegado Geral da PCGO.

Não, é preciso dizer que a finalidade da referida portaria (a *men legis*) **foi exatamente regular o recebimento do terço constitucional** e não, propriamente, o prazo para o requerimento das férias.



Confirmando esse entendimento, **destaco o § 4º do Art. 4º da referida portaria:**

Art. 4º O processo administrativo em que requeridas férias, gerado pelo servidor público estatutário, **deverá ser encaminhado à Divisão de Gestão de Pessoas com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias** e máxima de 12 (doze) meses do início do usufruto.

(...)

§4º O servidor que não observar a antecedência mínima disposta no *caput* fica ciente de que o pagamento antecipado do adicional de férias previsto no art. 129, *caput*, da Lei n.º 20.756/20, **não lhe será garantido** (Despacho n.º 980/2021-CONSER).

No presente caso, não se pode olvidar que o servidor requerente, estava em licença para tratamento médico de doença grave, adquirida em sua atividade policial; somente cessou, no dia 29/01/2022, portanto, impedido, formal e materialmente, atender o prazo de 60 (sessenta) dias para o requerimento de suas férias.

Saliento que, o recorrente, acumula férias não gozadas, referente aos anos de 2021, 2022 e 2023, segundo informações do RH da PCGO, o que colide com o Art. 128 da Lei nº 20.756/2020. E, ainda, em tratamento médico (alopático, psiquiátrico e psicológico), por sua vontade, deseja retornar a seu trabalho, o que é louvável.

VI – DO PEDIDO:

A essa razão e, como dever de justiça e legalidade e, considerando a especificidade do caso concreto, **REQUER A VOSSA EXCELÊNCIA:**

Digne-se, exarar parecer favorável ao requerimento de férias apresentado pelo recorrente (PROCESSO SEI Nº: 202200007098318); consequente, encaminhar a autoridade competente para a concessão das férias, conforme requerido.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Goiânia, 06 de janeiro de 2023.

Gleiciane Pereira de Araújo Nunes
OAB/GO 49.847



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MAURÍCIO GOMES NUNES, brasileiro, casado, servidor público, CIRC 9270 PC/GO, CPF 862.199.441-00, residente e domiciliado na Rua Santana, 311, Setor Beira Rio, Piranhas - GO, CEP: 76.230-000.

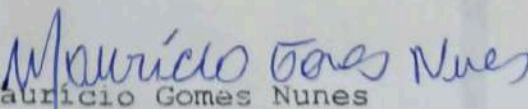
OUTORGADA: GLEICIANE PEREIRA DE ARAÚJO NUNES, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/GO N° 49.847, CPF/MF: 015.344.921-78.

OBJETO: Representar o Outorgante, promovendo a defesa dos seus direitos e interesses, inclusive propor quaisquer ações, medidas incidentais, acompanhar processos administrativos e/ou judiciais em qualquer Juízo, Instância, Tribunal ou Repartição Pública.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula ad iudicia et extra, para o foro em geral, podendo promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, podendo substabelecer, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: Especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar a direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos, acordos, receber valores, dar e receber quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015 e tudo o mais que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Piranhas - GO, aos 30 de março de 2021.


Maurício Gomes Nunes
Outorgante

O TITULAR TEM LIVRE PORTE DE ARMA E ACESSO AOS LOCAIS SOB FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA, INCLUSIVE EM CASAS DE DIVERSÕES PÚBLICAS E EVENTOS ESPORTIVOS.

FILIAÇÃO PAULO GOMES
TEREZA NUNES BENTO

NATURALIDADE ARAGARÇAS/GO

DATA DO NASCIMENTO
18/05/1978

RG
1039496-6/SJ/MT Nº 9270

G.S. RH
"0" (+)

VALIDADE INDETERMINADA

GOIÂNIA, GO 29/10/2012
CPF: 862.199.441-00

Maurício Gomes Nunes
ASSINATURA DO PORTADOR



DECRETO N° 3.682, DE 18-09-1991

ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLÍCIA
CIVIL

NOME MAURÍCIO GOMES NUNES

CATEGORIA ATIVA

AGENTE DE POLÍCIA DE 2ª CLASSE

CARGO

João Carlos Gorski

DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Delegado Geral Adjunto

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

POLÍCIA CIVIL